



**FACULDADE EVANGÉLICA DO PIAUÍ**  
**GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR E SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS**

**LOCAL DO ESTÁGIO: Unidade Rural de 1º Grau Doralice Dourado**

Maeli Martins da Silva

Nilde de Nazaré Ferreira Carvalho

Osmarina do Socorro G. Ferreira

Rozana dos Santos Pereira

Rosiene Santos da Silva

Tayana Mayara Silva Nascimento

Teresina-PI

2015



**FACULDADE EVANGÉLICA DO PIAUÍ**  
**GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR E SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS**

Maeli Martins da Silva

Nilde de Nazaré Ferreira Carvalho

Osmarina do Socorro G. Ferreira

Rozana dos Santos Pereira

Rosiene Santos da Silva

Tayana Mayara Silva Nascimento

Relatório apresentado à Faculdade Evangélica do Piauí- FAEPI, como requisito parcial para obtenção de nota da Disciplina de Estágio em Educação de Jovens e Adultos-EJA do curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Professor Esp. Magno Fernando A. de Nazaré.

Teresina-PI

2015

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 HISTÓRIA DA EJA.....	8
3 RELATOS DE ENTREVISTA DA ESCOLA.....	10
4 MOSTRAR QUE ESCOLA SE MODERNIZOU.....	14
5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	15
6 VISÕES TEÓRICAS DE PAULO FREIRE SOBRE A EJA.....	17
7 PROBLEMÁTICA NA EJA.....	20
8 MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR.....	22
9 ANÁLISES REFLESSIVO .....	24
10 CONCLUSÕES.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil e em outras áreas da América Latina a Educação de Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos há poucos anos atrás. A Educação de Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular. Sendo que se tornou mais abrangente com alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária.

Segundo Paulo Freire, a prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes.

Seguindo essa ótica, assim compreendida e posta em prática, a Educação Popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que os grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências.

Desta forma o objetivo deste Relatório curricular e supervisionado é contribuir, através de uma reflexão fundamentada em debate a respeito da EJA e das especificidades que as atuais políticas, social e econômica, lhe proporcionam. Não se pretende, em nenhum momento, trazer receitas ou soluções para os tantos problemas que se apresentam àqueles que fazem o dia a dia dos tantos espaços/tempos em que a EJA acontece. Assim, alguns pontos da reflexão curricular, que podem contribuir com o debate, sem pretender esgotá-lo. Primeiramente, aborda-se um pouco do histórico da EJA, por considerá-lo fundamental para nos situarmos no debate.

Finalmente, discute-se algumas concepções de currículo e seus fundamentos para chegar à proposição de um debate sobre as possibilidades de novos argumentos que possam ser mais adequados aos nossos alunos da EJA do que as propostas tradicionais.

Este relatório Curricular e Supervisionado tem como objetivo mostrar a importância da necessidade do ensino da EJA, para aqueles que não tiveram a

oportunidade de estudar no ensino regular. Mediante as pesquisas e entrevistas com a Direção e coordenação na Unidade Rural de 1º Grau Doralice Dourado, que vem trabalhando na rede Municipal de Educação na cidade de Carutapera.

A escola tem em seu quadro doze professores no período noturno e onze divididos entre os turnos matutino e vespertino. Como não tivemos acesso ao PPP (Plano Político Pedagógico) da escola, nossa pesquisa não foi completa, pois os dados foram coletados por meio de observação e relatos dos funcionários como gestão e coordenação.

A educação é um direito humano subjetivo previsto em diferentes instrumentos legais, estando sintetizado na Constituição Federal de 1988 (art. 205): “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. No artigo 208, estabelece-se o dever do Estado na garantia para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

A alfabetização de jovens e adultos é uma preocupação antiga que não se limita a uma tarefa meramente escolar, está intimamente ligada a sonhos, expectativas, anseios de mudança. Geralmente depois da adolescência que o indivíduo reconhece que necessita do conhecimento escolar e passa a buscá-lo. As causas de não ter se alfabetizado na infância podem ser várias, como o fato de ter que trabalhar para sobreviver, não ter acesso a escola no local onde mora e até mesmo a evasão escolar. Por isso é comum ainda haver escolas que alfabetizam jovens e adultos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no art. 37- diz que: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou comunidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria:

§ 1º - Os sistemas e ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames:

§ 2º- O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º- A educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional na forma do regulamento (Incluído pela Lei 11.741, de 2008).

O aspecto fundamental a considerar é o avanço conceitual que a LDB trouxe no campo da educação de jovens e adultos. Substituindo a ideia confusa “ensino supletivo” pela ideia pedagogicamente plena de “educação de jovens e adultos”. Ampliou-se o conceito, alargou-se o **dever** do **Estado** com as responsabilidades (dever de atender) neste campo e, sobretudo, a ideia de instrução cedeu lugar ao ideal de processos formativos plurais.

Desdobramento deste avanço conceitual foi o avanço conceitual - operativo contido no Parecer 11/00 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Esta passa a buscar três funções dentro de um lastro de convergências transformadoras, a saber:

- a) Função reparadora: recuperação de um direito negado ao cidadão na idade própria. Com esta medida, assegurasse-se - lhe a reintrodução no circuito dos direitos civis;
- b) Função equalizadora: recuperação do direito à igualdade pela ampliação das possibilidades de acesso, permanência e aprendizagem sequenciada via educação escolar;
- c) Função qualificadora: recuperação do direito de aprender a aprender, aprender sempre, capacitar-se para o exercício da educação permanente, ampliando-se as chances de viver adequadamente na sociedade produtiva.

Existem diversos fatores que muitas vezes não possibilitam a alfabetização no período da infância no decorrer dos anos o indivíduo sente a necessidade de inserir-se nesse processo e procuram a EJA (Educação de Jovens e Adultos) oferecido pelas escolas pública e por projetos de alfabetização.

Muitas discursões foram realizadas, pontos de vista colocados, compreensões teóricas e práticas acerca do trabalho com o EJA. Contudo, este relatório só ganha sentido pleno e vida, quando se constitui enquanto instrumento de

trabalho. Instrumento que pode ser discutido, compartilhado, ampliado, através de sua ação e reflexão.

Com este trabalho, conclui-se que os alunos do EJA esperam muito mais que aprender a ler e escrever, eles pretendem continuar estudando e serem atuantes na sociedade e muitos que não pensam em seguir com os estudos, pretendem aprender e escrever por uma realização pessoal; este proporcionou um amplo conhecimento sobre a EJA

## 2 HISTÓRICO DA EJA

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil teve início desde a colonização portuguesa, consta-se vestígios educacionais voltados para a alfabetização da Língua Portuguesa. Em 1549 com a chegada dos padres jesuítas da Companhia Missionária de Jesus com o objetivo de alfabetizar e catequizar direcionada às crianças, jovens e adultos, após a saída dos jesuítas do Império, nesse período o ensino brasileiro fica marcado como uma educação discriminatória e excludente negando o direito educacional de ler e escrever era negado aos desprivilegiados pelos colonizadores portugueses, os índios, negros e mulheres.

No final do século XIX o progresso e desenvolvimento do país estava compreendido o analfabetismo como um “mal ou uma doença nacional” e o analfabeto era considerado preguiçoso, ignorante e incapaz, comparados às crianças incapazes de pensar por se próprio. Para a exterminação do “mal”, no ano de 1925 através da Reforma João Alves ficou estabelecida na reforma o ensino noturno para jovens e adultos. Todas as devidas reformas para atender os interesses da classe dominante o Ensino da Educação de Jovens passa a ter projetos de lei na Constituição Federal (1934) que fica instituída e obrigatória, a gratuidade do ensino primário para todos visando o lucro ao país em primeiro lugar a execução de técnicas de produção industrial e em segundo plano o aumento do contingente eleitoral.

No início da década de 60 surgiram novas perspectivas na educação fundamentadas nos ideais e experiências desenvolvidas por Paulo Freire fortalecendo assim os diversos movimentos: Movimento de Educação de Base (MEB) desenvolvido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os Centro Populares de Cultura (CPNs) desenvolvidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e o início da execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), de janeiro à abril de 1964 objetivando construir uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos em todo o país, coordenada por Paulo Freire.

De acordo com as propostas políticas de conscientização, Paulo Freire defende uma prática educacional com forma de libertação dos oprimidos.

O mesmo afirma que:



Ninguém educa ninguém- ninguém se educa a si mesmo. Os homens se educam entre si. Mediatizados pelo mundo.

Ninguém liberta ninguém - ninguém se liberta sozinho - os homens se libertam em comunhão.

Três anos depois do golpe militar de abril de 1964, o próprio governo militar e ditatorial criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Em 1985 com a Nova República o governo federal rompe com o processo de educação de jovens e adultos do período militar extinguindo o MOBRAL que seria substituído pela Fundação EDUCAR (Fundação Nacional de Jovens e Adultos, vinculada com o Ministério da Educação que mais tarde também foi extinto no ano de 1990 com o Governo Collor.

Com várias transformações, projetos e movimentos o ministério de educação do país nas décadas de 80 precisamente do ano de 1988 promove comissões de Diretrizes Curriculares Político-Pedagógicas que garantam o ensino público, gratuito e de qualidade a EJA.

Na década de 90 é promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9394/96 que dedica dois artigos (37 e 38) na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade de educação básica nas etapas de ensino fundamental e médio com especificidade própria.

No ano de 2003 com o Programa Brasil Alfabetizado com o objetivo de erradicar o analfabetismo em 4 anos. Em 2004 o Ministério da Educação reformula a duração dos projetos de alfabetização com a duração de 8 meses.

O contexto histórico enfatizado da educação de jovens e adultos tem por finalidade neste relatório olhar para o passado para que possamos entender e ampliar nossos conhecimentos das transformações na erradicação do analfabetismo; podemos também analisar e avaliar os métodos e práticas de projetos pedagógicos voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no século XXI.

### 3 RELATOS DE ENTREVISTA DA ESCOLA

A turma de Pedagogia unificada, vem por meio do estágio supervisionado desenvolver um trabalho curricular para conhecer a importância da educação de Jovens e Adultos, que será ofertada de forma construtiva para a nossa formação. Sendo assim tendo como orientador o Professor Magno Fernando, que conduziu a turma para a realização da entrevista com o gestor Diego Barral Borges e coordenadora Iriscina Meireles Silva. Ressaltando que no dia 16 de Abril não foi possível realizar a apresentação da carta dos alunos da Faculdade a gestão daquela entidade, por motivo de estão aplicando uma avaliação para os alunos e coletando os dados dos mesmos para participarem dos jogos internos no município.

Retornamos a Unidade Rural de 1º Grau Doralice Dourado, localizada na avenida Dep. Manoel Ribeiro, nº 1007, Bairro Santa Luzia. O prédio da escola é dividido em oito salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, um depósito, uma sala de professores, uma sala de informática, um pátio e três banheiros, onde apenas dois estão funcionando.

A unidade possui 288 alunos matriculados de 1ª a 5ª ano A e B, 57 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino. No período noturno funciona a EJA (Educação de Jovens e Adultos), com o número total de 216 alunos matriculados divididos em etapas (Primeira etapa 1ª e 2ª série, segunda etapa 3ª a 4ª série, terceira etapa 5ª e 6ª série e quarta etapa de 7ª a 8ª série.)

No dia seguinte houve a possibilidade do encontro com o Gestor e coordenadora daquela entidade escolar. Para a apresentação das cartas de apresentação, no mesmo dia 17 de Junho, fomos convidados para a entrevista com os gestores, sendo conduzidas algumas questões elaboradas pelos alunos de Pedagogia. Entretanto foram lançadas as perguntas sobre as estratégias para o ensino da EJA, de forma que todas equipes tiveram a oportunidade de perguntas. O gestor Diego Barral mostrou-se convincente, na sua abordagem das informações dos alunos da EJA. Desta forma abrindo espaço para dos questionamentos inseridos na entrevista, salientaram o momento propício com perguntas em que:

- Quais as dificuldades que a escola enfrenta em questão de recursos didáticos?
- Qual a relação da Escola e Família?
- Como são feitas as matrículas de Jovens e Adultos?
- Quais os motivos para as evasões dos alunos na EJA?

O gestor Diego Barral Borges, conduziu a entrevista de forma satisfatória, respaldando a realidade da escola com os alunos da EJA, falando também sobre a família que fica distante em relação as matrículas de seus filhos; os mesmos matriculam-se por conta própria. Da mesma forma a família fica cada vez mais distante no acompanhamento da educação de seus filhos.

Assim a Constituição de 1988 ressalva que:

A Educação, direito de todos e dever do **Estado** e da **Família**, será promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade, visando em pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A modalidade da EJA enfrentava em relação as matrículas uma problemática, por causa dos alunos que são responsáveis pelas suas matrículas, os mesmos queriam sair a hora que desejavam, sem respeitar o professor presente em sala de aula. Esta questão aconteceu em outra gestão.

Há dois anos a escola vem se reciclando de forma propícia, com as evasões dos alunos, através de projetos e trabalhos na própria escola, para que os jovens sintam-se mais acolhidos. Desta forma passando a terem força de vontade em continuar seus estudos.

Segundo o gestor, o professor quando cativa o aluno, torna-se mais fácil em ter êxito em seus trabalhos com os jovens e adultos. O relacionamento entre o professor e aluno é fundamental para que os alunos da EJA não venham a desistir.

Ressaltando o argumento feito pelo Diretor, a coordenadora Iriscina Meireles Silva enfatiza que o projeto de leitura e comida típica da região se torna uma aula dinâmica que possibilita a não desistência do educando, sendo também uma forma de estimular o interesse dos mesmos. As questões desses projetos seriam para a motivação do alunado; tendo como requisito as oficinas práticas em sala de aula, levando em conta uma aprendizagem como uma ampliação de conhecimentos favoráveis.

De acordo com Paulo Freire, (1997, p.27):

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma dessas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares.

Por outro lado, o abandono escolar está relacionado diretamente com escolha entre trabalhar e estudar, e conseqüentemente a isso, ter que trabalhar para sustentar a família, na qual muitas adolescentes engravidam muito cedo, tendo como consequência as evasões.

Os alunos da EJA não têm uma visão de seus direitos e deveres como uma pessoa bem informada, apenas vivem em um senso comum, sendo apenas conhecedores de suas próprias realidades há não ser do seu cotidiano. Mas em relação as políticas públicas, são delimitados apenas as ideias que colocam em suas mentes e as permanecem.

Segundo Diego Barral Borges, outras questões abordadas durante a entrevista foram sobre os alunos da EJA, de serem rotulados por algumas pessoas desenformadas em relação a seu comportamento, como exemplo que são alunos que não sabem de nada, vão para a escola somente para passar o tempo, drogados ou baderneiros. Mas sabe-se que os alunos são vítimas das transformações da sociedade em que vivem.

De acordo com o relato do gestor da escola Doralice, em outra gestão a escola sofria por causa dos alunos que frequentavam sem qualquer interesse em aprender, mas quando saíam começavam um conflito e brigas por motivo de conflitos de gangues ou por vendas de drogas. Olhando estas problemáticas que não havia soluções. O gestor conduziu trabalhos em equipes para estabelecer regras e respeito com os funcionários na instituição de ensino.

A realidade de ensino de educação básica de jovens e adultos, se torna diferenciada, por causa das dificuldades de aprendizagem que os mesmos enfrentam na alfabetização e letramento.

A coordenadora Iriscina Meireles Silva, respaldou que os professores confeccionam materiais didáticos para serem explorados com os alunos. Com esta utilização desses materiais didáticos, trabalham com os jogos facilitando em uma

aprendizagem concreta de alfabetização de alunos com dificuldade em desenvolvimento escolar.

Outra abordagem sobre a EJA é a questão de como adaptar as pessoas mais idosas dos jovens. São selecionados por idade, por motivo dos jovens não tirarem a concentração durante as atividades exploradas. Por este motivo que durante as matrículas são pensadas as questões das idades.

Os gestores, ressaltaram que a escola está preparada para incluir os alunos especiais em uma educação básica e regular de qualidade.

Os desafios para trabalhar com os alunos da EJA, são as disciplinas, as condutas, as frequências e as dificuldades maiores entre professor/alunos são as atividades não respondidas.

Durante os planejamentos, são pesquisados cuidadosamente as metodologias para atender a maioria dos alunos. Quando não são explorados todos os conteúdos, no mês seguinte são repetidos. Da mesma forma os professores analisam seus planejamentos cuidadosamente para que os conteúdos estejam conforme a realidade dos alunos, principalmente pela dificuldade, como exemplo: na leitura e da escrita.

Durante a avaliação, os requisitos são complexos na educação de jovens e adultos, sendo a frequência e os trabalhos confeccionados. Por isso as avaliações se tornam difíceis por causa de não serem emitidas as provas, mas sim trabalhos em grupo ou individual, produzidos todos em sala de aula; possibilitando aos alunos uma educação didática para seu entendimento. Sabe-se que a EJA é de fato uma transformação que envolve todo o contexto educacional na sociedade e desafia grandes ideias e argumentações de um povo; salientando seus desejos, suas condutas, seus questionamentos, aprendizados, desempenho e conquistas como um todo. Portanto a EJA é a essência de resgatar as possibilidades que não foi conquistado no passado e como todas as oportunidades e chances fossem o agora; as conquistas que não foram concretizadas antes, por causa dos desafios e dificuldades.

## 4 MOSTRAR QUE A ESCOLA SE MODERNIZOU

O maior desafio do professor na educação de jovens e adultos, é acabar com a estranheza que a escola causa a muitos, durante os primeiros dias de aula. O modelo que a maioria guarda, são as salas com cadeiras enfileiradas, quadro negro, giz, livro, caderno e um professor. Nesse contexto, vale a pena pensar no novo papel do professor e da escola, que não são mais as únicas fontes de informação dos alunos. É importante mostrar que recursos variados também fazem parte da aprendizagem.

Sendo assim a qualidade do educando e dos meios que ele utiliza na educação de jovens e adultos influencia muito na assiduidade em sala de aula. Por outro lado abordar temas pertinentes como as vivências do educando é um bom começo pois dessa forma o aprendizado torna-se mais atraente e significativo despertando assim o interesse e o prazer, levando-os a transformação da sociedade e de sua própria identidade.

Com isso, educadores devem agir de forma atuante e com uma visão de ciência e técnica, tendo uma visão mais ampla e abrangente de tecnologia e informações que possa contribuir para tornar reais utopias pedagógicas tão antigas e predominante na educação.

O resultado é a mudança da condição do indivíduo que adquire conhecimento. O homem que aprende mais, amplia seu ponto de vista a respeito do medo de si mesmo. Por mais que sejam os meios interativos, eles dificilmente substituirão a situação da aprendizagem escolar face a face, decisiva na construção coletiva de significados, valores e disposições de conduta.

Segundo Barbosa as informações de mudanças propiciam:

“Como criação cotidiana daqueles que fazem as escolas e como prática que envolve todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizados por alunos e professores” (BARBOSA, 2004: 9). Pag 59.

A educação da EJA se torna primordial para a condução de novos saberes, valores e transformações de cidadãos para o trabalho em sociedade.

Por esta razão, é preciso ter sempre a intervenção do educador, para que haja uma aprendizagem satisfatória e compromissada com o educando. De forma incentivadora em suas aplicações cognitivas. Portanto o compromisso é fundamental para uma educação de qualidade, mesmo havendo grandes desafios para uma concretização de um trabalho pedagógico.

## 5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Diante da capacidade, da oralidade por meio da leitura e de relacionamento nas diversas práticas sociais, o letramento oportuniza-se um conjunto de práticas que simbolizam materiais escritos, fazendo-se necessário no processo de desenvolvimento e no uso dos sistemas da escrita em meio à sociedade.

Sobretudo, associa-se à alfabetização como sendo um dos processos dentro do letramento que envolve a ação de ensinar e aprender, criando situações que propiciem o desenvolvimento da capacidade de falar, escutar, ler e escrever. De acordo com os diferentes usos e contextos e em diferentes finalidades sociais, podendo relacionar-se melhor com o mundo que os cerca. Portanto são essas ações que possibilitam a apropriação do saber medido e a inserção no mundo de maneira mais eficiente.

É importante ressaltar que o educando mesmo ainda não alfabetizado é necessário que esteja inserido em um processo de letramento, no uso da leitura que sobrevém, no ouvir o outro, da conversa diária, da argumentação, na leitura de rótulos, imagens, gestos, emoções e na troca opiniões, desenvolvendo a competência em expressar oralmente.

Faz-se necessário saber que o contato com o mundo letrado, vem muito antes das letras e pode ir, além delas.

Segundo a professora Rosineide Magalhães, no texto: “Letramento como prática social”. Ressalta que a escrita e a leitura são muito consumidas hoje pelas pessoas como um meio de sobrevivência, com o objetivo de informação acadêmica, profissional, integração e interação social, resolução de problemas cotidianos, condições de entender o mundo e suas tecnologias.

É necessário reconhecer que embora distinta a alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis, pois as duas fazem parte de práticas sociais diversas daquelas que o grupo familiar cultiva. Pois a alfabetização só tem sentido, quando sente-se desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura, de escrita e por meio de atividades de letramento, podendo desenvolver-se na dependência da aprendizagem e do sistema de escrita.

No entanto, alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando, é o caminho para a superação dos problemas que enfrentam, nas etapas da escolarização, precisa-se ter



convicção que a ler e a escrever, é um direito de todo cidadão brasileiro, é viver em sociedade, comunicar-se com seus semelhantes, respeitar o outro é fazer-se respeitar, formular acordos que possibilitem uma boa convivência, ouvir e ser ouvido, pois assim, teremos um processo de alfabetização com o desenvolvimento de habilidades e comportamentos de uso competente da língua escrita nas práticas sociais de leitura e de escrita, compreendido como sendo o processo de letramento.

De acorde com KLEIMAN, 2005, ressalta que:

“O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais tecnológica, como a alfabetização universal, a democratização do ensino ao acesso a fontes aparentemente limitadas de papel e surgimento da internet.

Quando um aluno da EJA ingressa em uma turma de alfabetização, pela sua própria vontade, ele descobre uma série de conhecimento sobre a escrita alfabética. Contudo, somente esta não é suficiente para inserir-se com autonomia, precisa de várias práticas de leitura e de escrita, para o seu desenvolvimento escolar. Assim para ele dominar o sistema de escrita e sinta-se alfabetizado, é preciso que adquira a capacidade de ler e escrever diversos gêneros em contextos diferentes.

A questão de ler e escrever é um direito que precisamos assegurar a todos e para isso nós professores, precisamos construir práticas de alfabetização do sistema de escrita alfabética. Porém, há uma preocupação, quando alunos da EJA, ao retornar à escola não conseguem, efetivamente aprender a ler e escrever.

Portanto, Emília Ferreira, coloca que não precisa usar outro designar, ou seja, o Letramento, para designar algo que já deveria estar dentro do processo de alfabetização “... entendido como o desenvolvimento de comportamento e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais” (SOARES, 2004).

## 6 VISÕES TEÓRICAS DE PAULO FREIRE SOBRE A EJA

Quando Paulo Freire, em Pernambuco, e Moacir de Góes, no Rio Grande do Norte, começaram a desenvolver seus trabalhos de alfabetização, fundamentados em métodos e objetivos que buscavam adequar o trabalho à especificidade dos alunos, começou a emergir a consciência de que alfabetizar adultos requeria o desenvolvimento de um trabalho diferente daquele destinado às crianças nas escolas regulares.

As necessidades e possibilidades daqueles educandos exigiam o desenvolvimento de propostas adequadas a elas. Em virtude do caráter explicitamente político do trabalho de ambos, que reconheciam a educação como ato político por excelência, depois de um primeiro momento em que o governo de João Goulart encampou e propôs um Programa Nacional de Alfabetização fundamentado no então chamado "Método Paulo Freire", a partir do golpe militar de 1964 procurou-se enterrar a proposta e sua lógica.

Uma última questão histórica relevante para pensarmos o currículo na educação de jovens e adultos diz respeito ao entendimento a respeito de quem são as pessoas a que ela se destina. Na perspectiva dominante, educação de jovens e adultos é aquela que se volta para atividades educativas compensatórias, ou seja, para a escolarização de pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso à escolarização regular prevista na legislação. Desaparecem, portanto, do campo de reflexão da EJA, os jovens e adultos que frequentam a escola regular, seja no ensino médio seja na universidade.

Atualmente, muitos são os educadores que buscam ampliar este conceito, incorporando ao trabalho e à reflexão sobre o tema os jovens e adultos que, estando no sistema de ensino regular, são submetidos a propostas e práticas inadequadas tanto aos seus perfis socioeconômico-culturais quanto às suas possibilidades e necessidades reais. Isto porque a tendência predominante das propostas curriculares é a da fragmentação do conhecimento, e a da organização do currículo numa perspectiva cientificista, excessivamente tecnicista e disciplinaria a, que

dificulta o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas, os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos.

Não podemos falar de educação de jovens, adultos e idosos, sem lembrar-se daquele que dedicou toda a sua vida em prol dos marginalizados da educação em nosso país e no mundo. Paulo Freire foi um ícone da luta nas camadas populares um defensor da igualdade de direitos, e queremos dizer, sobretudo, para diminuir as incertezas, as dúvidas, os enganos, as contradições, e entendimentos sobre a contribuição desse brasileiro na educação de nosso país e do mundo, e só procurar entender a proposta metodológica de Paulo Freire, separar o seu método da sua teoria como um todo.

Com estas reflexões sobre a alfabetização de jovens e adultos(EJA) Paulo Freire diz que:

O processo de aprendizagem na alfabetização de adultos está envolvido na prática de ler, de interpretar o que leem, de escrever, de contar, de aumentar os conhecimentos que já têm e de conhecer o que ainda não conhecem, para melhor interpretar o que acontece na nossa realidade (FREIRE, 1997, p.48).

A clientela do EJA é bastante diversificada com idades diferenciada dos alunos do ensino regular. Porém todos acreditam que o estudo é a chance de melhoria em atividade profissional. A alfabetização de jovens e adultos é de grande importância para a formação de cidadãos na busca de sua própria autonomia e de suas decisões na aprendizagem. O educador como mediador possibilita novos avanços de conhecimentos, sendo o provedor de ideias e o facilitador no desenvolvimento do outro.

Paulo Freire ressalta que:

Pensar sobre o caráter da formação ressalta que a habilitação em EJA, está inserida no conjunto de disciplinas que irá formar profissionais para atuar em sala de aula. Acerca dessa persistência na formação em EJA, podemos citar à Pedagogia da Esperança de Paulo Freire, que considera “não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã”. (FREIRE, 1997, p. 10-11).

Certamente, Paulo Freire não foi o único responsável por esta mudança radical na focalização das questões do analfabetismo e do atraso educacional de grandes massas da população adulta. Essa reversão de perspectivas estava já virtualmente inscrita nas mudanças da sociedade brasileira no pós-guerra – na aceleração das transformações de infraestrutura, na expansão urbana, na crescente migração do rural para as cidades, na industrialização, na radicalização das lutas políticas e ideológicas. No campo da educação, as expressões das mudanças de perspectivas surgem mais consolidada, sobretudo em manifestações de intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). As novas orientações das políticas públicas na educação popular estão claramente delineadas desde 1958, nos documentos oficiais a propósito da Campanha de Erradicação do Analfabetismo. A partir de 1960, este mergulho da educação de jovens e adultos analfabetos nas condições de vida das populações iletradas caminha rapidamente para o campo das estruturas de dominação.

## 7 PROBLEMÁTICA NA EJA

A priori uma das questões bastante discutida é sobre a idade mínima para cursos e exames supletivos, ou seja, nos cursos de Educação de Jovens e Adultos de acordo com o parecer nº 23/2008, com base no documento do professor Jamil Cury, faz um alerta no que diz respeito aos “exames supletivos”, considerados como de “massa”, que se diferenciam da avaliação no âmbito da EJA: eles “devem ser cuidadosamente controlados a fim de não se perderem sob padrões inaceitáveis”. O CNE relembra as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, em que a idade inicial para matrícula nos cursos de EJA é a partir de 15 anos para o ensino fundamental e a partir de 18 anos para o ensino médio, em consonância com a disposição da LDB, que aponta essas mesmas idades mínimas para a realização dos exames ditos supletivos. E segundo argumentos considera relevantes para tratar a matéria idade, o novo parecer promove a alteração da idade mínima para o início dos cursos de EJA para 18 anos, tanto no ensino fundamental ou de ensino médio, sem distinção.

A questão não é de toda pacífica e, portanto, não é de fácil solução. Alguns pontos merecem ser considerados.

O próprio documento traz a opinião dos não defensores da alteração da idade: “Para eles, tal condição de desamparo de jovens entre 15 e 18 anos ficaria ainda mais precária dada a situação real de orfandade que se tem verificado na prática de oferta de oportunidades educacionais dos sistemas de ensino. É como se o adolescente e o jovem dessa faixa etária ficassem em uma espécie de não-lugar” que, associado a outros condicionantes, poderia ser aproveitado por correntes marginais fora do pacto social.

Por outro lado, há também que se considerar a existência de um grande desafio que é contribuir para que todos os brasileiros e a todas as brasileiras, independentemente de idade, possam, no mínimo concluir o ensino fundamental, ou seja, exercendo o direito social à educação como direito de cidadania, assegurado pela Constituição de 1988. Daí a necessidade de se oferecer o maior número possível de oportunidades para os jovens de 15 a 17 que não concluíram o ensino fundamental possam escolher as diversas possibilidades, vindo no caso da escolha

pela EJA, não uma forma de aligeiramento, senão um aproveitamento dos conhecimentos adquiridos e das suas potencialidades.

Seguindo está ótica, Pinto enfatiza que:

Quando o processo de desenvolvimento nacional, em todos os setores, estava dando a indivíduos existentes no seio das massas a oportunidade de superação ocorreria a súbita tomada de consciência de sua situação e, através dela, da realidade brasileira. (Pinto, 1959, p.19).

Em outras palavras, é importante que a legislação não seja um impedimento a mais nas “escolhas” feitas pelos jovens, isto é, quando os jovens sabem das possibilidades, sabem que a elas têm direito, sabem que podem requerê-las para suas vidas. O exercício da liberdade, como exercício democrático, não é exercido como direito pelas populações pobres em nosso país e, como tal, é de se esperar que se poderia estar criando um óbice a mais nos sistemas desiguais ainda prevalente na sociedade brasileira, especialmente considerando que 71% dos jovens de 15 a 17 anos são oriundos de família com nível de renda baixo de 1 salário mínimo (INEP, 2009). Utilizar marcos legais pode ser útil, sim, se for para garantir que a flexibilidade da legislação sirva para possibilitar condições concretas de acesso à educação para esses jovens, porque entende suas condições de vida e de necessidade de trabalho precoce, sua origem pobre, sua escolarização marcada por descontinuidades, repetências, exclusão. O leque de possibilidades deve estar a serviço da cidadania, ancorado no princípio da qualidade.

É importante salientar que o Parecer nº 23 foi motivador da criação de um grupo de trabalho no interior do MEC com o objetivo de debater a situação educacional destes jovens e pensar alternativas para garantir o acesso à educação para esta população. Tais discussões norteiam-se pelo reconhecimento de que estas alternativas, quer seja a oferta do ensino regular, da educação integrada à qualificação profissional ou da própria EJA, são faces de uma mesma preocupação, que traduz-se nas necessidades de políticas que garantam o direito à uma educação de qualidade.

Portanto, propõe que o Parecer, de forma prospectiva, possa recomendar às redes municipais e estaduais que, de forma colaborativa, possam buscar no âmbito da legislação em vigor, as formas mais adequadas, mais flexíveis, mais criativas de oferecer aos jovens de 15 a 17 anos uma proposta pedagógica que levem em

consideração suas potencialidades, suas necessidades, suas expectativas em relação à vida, à cultura juvenis e ao mundo do trabalho.

## 8 MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR

A arte do saber compete ao amor e ao sistema diferenciado de ensino/aprendizagem, sendo que educador é responsável por isso. É nessa hora que o poder transformador da motivação deve abrir caminho para o raciocínio do educando que se sente compreendido em suas necessidades e pela convivência, busca encontrar um professor que além de ensinar bem sua matéria, também pode estimular contato reconhecimento, estrutura e motivação para ao aprendizado dos alunos.

Os alunos da EJA estudam para conquistar não só um diploma, mas uma vida mais digna. É claro que a melhora da escolaridade da população não depende apenas de programas de alfabetização. É preciso incentivar os ingressos a continuar os estudos. Os alunos vão em busca de instrumentos para viver no mundo da informação e elaborar pensamentos e ações de forma crítica, para mudar o contexto social em que são vítimas de discriminação, sendo grave a falta de consciência pela qual passa os alunos, que sonham em se tornar cidadão autônomos e transformar a escola na porta de entrada de um mundo a ser descoberto.

De acordo com KROTH:

Todas as pessoas almejam algo de bom. Provavelmente o sentido da felicidade, por ela ser subjetiva, seja particular e única para cada ser humano. Muitos fatores podem ser considerados como pilares para que alguém seja feliz, deve haver uma certa unanimidade em temas como saúde, escola, realização profissional, experiências afetivas e positivas. Uma das condições para se conseguir o bem estar satisfatório consigo e com os outros é a autoestima. (KROTH,2009, p.2).

É importante falar sobre autoestima para poder avaliar os possíveis reflexos que esta pode ter sobre a aprendizagem dos alunos. Toda a sociedade pode contribuir para uma boa autoestima do cidadão, mas esse trabalho deve iniciar-se na família e na escola desde a infância; uma boa autoestima resulta num bom desempenho.

Sendo assim, ambos caminham de mãos dadas num percurso onde não há um início nem um fim. É necessário que o aluno da EJA tenha em mente que ele



não é inferior ao aluno do Ensino Regular, pensamento que impera na mente de muitos e deve ser grande motivo de preocupação. Tal pensamento deve-se ao fato de que a EJA tem uma carga horária menor, oferece menos conteúdos, o que não significa que a EJA é uma oferta de ensino inferior.

O programa da EJA, vem favorecendo uma oportunidade em aprendizagem, dando oportunidade aos alunos que não tiveram acesso a escolaridade na idade certa por alguns motivos como: ter que trabalhar muito cedo para o sustento da família ou a falta de uma alimentação adequada.

A alfabetização de jovens e adultos os vem preparando para a sociedade, proporcionando-lhes uma boa habilitação para o mercado de trabalho, assim sendo valorizados como pessoa e cidadãos.

Portanto, o aluno tem todas as possibilidades e chances de aprender nessa modalidade quanto em outra, mostrando assim o seu potencial, alcançando o êxito desejado. Desta forma lhes favorecendo outra oportunidade de seguir uma carreira compromissada e concretizada.

## 9 ANALISE REFLEXIVA SOBRE A EJA

Durante os processos de Estágios Supervisionado, percebi a importância de cada modalidade tanto na Educação Infantil quanto da EJA. De forma que contribui em uma aprendizagem curricular e crescimento profissional.

Sendo assim, sabe-se quando fala em educação, abrange todo um contexto a ser pensado, como exemplo, as estratégias a serem aplicadas em sala de aula. Desta forma o educando passa a desenvolver suas habilidades. Assim torna-se indispensável, o acompanhamento da família no desempenho de seus filhos. Portanto é importante ressaltar o compromisso de todos para a preparação do educando para a sociedade.

Outra reflexão nesse processo de estágios, foram as determinações que alguns professores tiveram para a motivação dos alunos, com isso os mesmos, aprendiam com satisfação durante as tarefas que lhes fora proporcionado. Por isso que a contribuição das pesquisas, foram de total importância na compreensão melhor de toda uma estrutura em relação as etapas da educação. A escola vem se reciclando junto com os professores com formações pessoais, para que haja um entendimento em suas práticas pedagógicas, sendo assim trabalhadas e repassadas com novos conhecimentos aos alunos.

Percebi que a Educação de Jovens e Adultos, durante minhas pesquisas, não está longe de uma formação para o mercado de trabalho; mesmo tendo alguns desafios na sua aprendizagem. Pois sabe-se que a realidade não está longe de ser concretizada, basta uma motivação em relação de projetos que a secretaria de Educação venha a fazer nesta modalidade.

Crescer significa sempre aprender ouvir o não, administrar a recusa, compreender o outro. O legado mais sensível que uma família passa aos filhos e que toda a escola ensina a seus filhos é a compreensão das regras e por elas nortear seus caminhos. O “certo” e o “errado” nunca são atributos opinativos, jamais representam a vista em apenas um ponto. O “certo e o “errado”, o “bem” e o “mal” não se inventam a cada hora, não se modelam a cada dia, mas, ao contrário, são estabelecidos por princípios pela linha ética que escola e família, em todas as idades e em todos os momentos necessitam trabalhar juntas. (Antunes,2010, cap. 3, p.117)

Portanto conclui-se que a educação é fundamental para o conhecimento em sociedade reconhecendo a diversidade cultural.

## 10 CONCLUSÕES

Ao concluir o Estágio Curricular e Supervisionado realizado na modalidade da EJA (Educação de jovens e adultos) especifica a educação básica que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência. O objetivo primeiro da EJA é propiciar ao educando condições para viver em sociedade acima de tudo. Essa modalidade de ensino não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender as especificidades dos sujeitos que depende abranger.

Segundo Paulo Freire que:

O ensino da EJA, proporciona soluções que resgatam uma ação volitiva, ou seja auxilia o jovem a decidir sua autonomia. Diante desta reflexão, pode-se dizer que essa educação, de educadores e educando fazem sujeitos de seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador bancário, supera também a falsa consciência do mundo. (Freire, p.89).

Desta forma significa reconhecer que a garantia do direito humano à educação passa pela elevação da escolaridade média de toda a população. Sendo assim a EJA tem a finalidade de resgatar identidade e autoestima, proporcionando oportunidades para o crescimento intelectual e profissional. Nesta ótica o professor como mediador precisar conhecer a cultura desses alunos e tendo como ponto de partida uma qualificação para desenvolver ações pedagógicas que atenda as diversidades no contexto educacional.

Por tanto é necessário acreditar que a Educação de Jovens e Adultos pode se tornar uma educação voltada não só para o resgate do tempo perdido ou para compensar a trajetória de negação de direitos e de exclusão social que os (as) aluno (as) dessa modalidade sofreram ao longo da vida. Por esta razão que o processo de ensino na EJA seja uma educação voltada para a formação de cidadãos ativos, capazes de participar da construção de sociedade mais tolerante, democrática e pacífica, na qual as diferentes culturas possam se respeitar, conviver e interagir, afim de derrubar preconceitos e construir a paz.

## REFERÊNCIAS

Disponível no site, motivação e autoestima na educação de Jovens e Adultos [http://focos.edu.publicações/revistas/anuais\\_seminario\\_pos/novembro\\_2012/pdf](http://focos.edu.publicações/revistas/anuais_seminario_pos/novembro_2012/pdf), acessado dia 17 de junho 2015

Disponível no site, Discursão Temática da Leitura, <http://uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/monografia-ALEXANDRE-LOPES.pdf>, acessado dia 17 de junho 2015

Disponível no site, Paulo Freire a metodologia que Revolucionou a Alfabetização de Jovens Adultos Idosos nas camadas populares <http://www.pralapidar.org.br/index.php?> acessado dia 17 de Junho 2015

Alfabetização e Letramento, p. 5, Conceitos de Letramento: Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME- 2013, na apostila

Beisiegel, Celso de Rui. Paulo Freire / Celso de Rui Beisiegel. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010. 128p.: il. – (Coleção Educadores). (p. 17-18- 31- 89-90)

Brasil. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Carneiro, Moacir Alves-LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo/Moacir Alves Carneiro 22. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (p. 308 e 309)

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília : MEC,SEB,DICEI, ( 2013, p.339-340-342-343)

Freire, Paulo. Políticas públicas e Educação 3ª edição - São Paulo-SP, CORTEZ EDITORA (1997, p.27).

Fundamentos Teóricos e Met. Da Educação de Jovens e Adultos, Cap. 2, AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM NA EJA: Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME- 2014, na apostila.